

RICARDO PEREIRA DE FREITAS GUIMARÃES
LUCIANO MARTINEZ
Coordenação

DESAFIOS DA REFORMA TRABALHISTA

DE ACORDO COM A MP 808/2017 E COM A LEI 13.509/2017

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

SUMÁRIO

Editorial.....	9
Apresentação	11

PARTE I

DIREITO INTERTEMPORAL

1. Eficácia da Lei 13.467/2017 no tempo: critérios hermenêuticos que governam a relação entre leis materiais trabalhistas sucessivas no tempo Raphael Miziara	19
2. A Reforma Trabalhista e o direito intertemporal: aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais sobre a aplicação da Lei 13.467/2017 Cláudio Victor de Castro Freitas.....	39

PARTE II

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA

3. A Reforma Trabalhista no Brasil Ives Gandra da Silva Martins Filho.....	55
4. Reforma Trabalhista: uma análise dos efeitos jurídicos das principais modificações impostas pela Lei 13.467/2017 Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas	73
5. Fundamentos de processo do trabalho após a Reforma Trabalhista: principais alterações da Lei 13.467/2017 no processo do trabalho Alexei Almeida Chapper.....	97
6. Responsabilidade processual: o início do fim da aventura jurídica Fábio Rodrigues Gomes.....	111
7. Algumas linhas sobre a responsabilidade das pessoas físicas pelas obrigações sociais no marco da nova legislação trabalhista Thereza Christina Nahas.....	119

PARTE III

TRABALHO INTERMITENTE

8. O controvertido contrato de trabalho intermitente Luciane Cardoso Barzotto	137
9. Contrato de trabalho intermitente Juliana Cruz	149

PARTE IV

NEGOCIAÇÃO COLETIVA

10. Reforma Trabalhista e crise econômica: negociado <i>versus</i> legislado Gustavo Filipe Barbosa Garcia.....	159
--	-----

11. Negociação coletiva de trabalho como direito fundamental e a Reforma Trabalhista Gilberto Stürmer	169
12. Análise do negociado versus o legislado: perspectivas doutrinária, jurisprudencial e orçamentária da Reforma Trabalhista considerando os argumentos favoráveis e contrários à constitucionalidade da Lei 13.467, de 2017, e as modificações implementadas pela Medida Provisória 808, de 14 de novembro de 2017 Roberta de Oliveira Souza	189
13. A autonomia negocial e a flexibilização dos direitos trabalhistas: a subversão do <i>effet cliquet</i> (princípio da vedação do retrocesso) Humberto Augusto Alves Campos e Leonardo Rodrigues de Souza	207

PARTE V

EQUIPARAÇÃO SALARIAL

14. A equiparação salarial após a reforma trabalhista de 2017 Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho	225
---	-----

PARTE VI

PROTEÇÃO AO TRABALHO DA MULHER GESTANTE

15. O excesso da tutela estatal e a proteção do trabalho da mulher gestante Natália Lemos Mourão	245
---	-----

PARTE VII

CONTRATO DE TRABALHO

16. O trabalho pela pessoa jurídica: muito além da Reforma Trabalhista José Roberto R. Afonso; Vilma da Conceição Pinto e Melina Rocha Lukic	263
17. O direito à imagem do empregado e sua dimensão constitucional Pedro Lino de Carvalho Júnior e Gabriela Lemos Cunha	283
18. A cessação do contrato de emprego e a jurisdição voluntária para homologação de acordo extrajudicial na Reforma Trabalhista brasileira de 2017 Luciano Martinez	299
19. A Reforma Trabalhista, a jurisdição voluntária e a homologação de acordo extrajudicial: panoramas de um triste capítulo da história trabalhista brasileira Ricardo Pereira de Freitas Guimarães	319

PARTE VIII

JORNADA DE TRABALHO

20. A jornada de trabalho e a Lei 13.467/2017: o esvaziar da ampulheta na nova lógica da contagem do tempo do trabalho Carolina Tupinambá	329
--	-----

PARTE IX

SUCESSÃO TRABALHISTA

21. Quando a nostalgia salva: novos contornos da responsabilidade trabalhista do sucedido Antonio Umberto de Souza Júnior e Ney Maranhão	347
---	-----

PARTE X
TERCEIRIZAÇÃO

22.	A nova lei geral de terceirização do trabalho no Brasil Paulo Renato Fernandes da Silva	363
23.	A terceirização no Brasil Vander Brusso da Silva e Geancarlos Lacerda Prata	383

PARTE XI
SINDICATO

24.	A Reforma Trabalhista e o agravamento da crise do direito sindical brasileiro Daniela Muradas Reis e Adriana L. S. Lamounier Rodrigues	413
25.	Reforma Trabalhista e seus impactos no sindicalismo de raiz obreirista: redesenhando o discurso sindical para ampliar os cânones de proteção no processo negocial coletivo Oton de Albuquerque Vasconcelos Filho e Maria Amália de Oliveira Arruda Camara	425
26.	O papel do sindicato na preservação da saúde do trabalhador no meio ambiente do trabalho após a Lei 13.467/2017 Rafael Lara Martins	441
27.	A importância do acordo coletivo e da convenção coletiva no direito do trabalho e a prevalência destes sobre os textos legais no Brasil e na Europa Ligia Ramia Munerati	455

PARTE XII
MEDIDA PROVISÓRIA 808/2017

28.	A “Reforma da Reforma” trabalhista? Reflexões do período de <i>vacatio legis</i> e a Medida Provisória 808/2017 Gilberto Carlos Maistro Junior	467
-----	---	-----

CONTEÚDO EXTRA EXCLUSIVO NO FORMATO PREVIEW

- CLT Atualizada